

Senhoras e senhores

Ocupo pela primeira vez esta tribuna no Grande Expediente. Eu, que fui projetado para a política por força da luta sindical rural não poderia tratar aqui de outro tema que não a agricultura familiar.

Tenho convicção de que esta atividade, outrora vista como o “patinho feio” do campo, sinônimo de pobreza e coitadismo e, por conta disso, praticamente alijada de qualquer política pública, hoje - após os oito anos de Governo Lula quando foi estimulada, fortalecida e respeitada - já desfruta de outro conceito.

Um simples número, tenho certeza, é capaz de justificar totalmente esta mudança de olhar que já se lança sobre a agricultura familiar e já lhe concede a devida importância e o merecido respeito.

70% de toda a comida que alimenta o povo brasileiro é produzida pela agricultura familiar!

E neste momento em que falo aos senhores e às senhoras sobre este tema faço-o com o profundo orgulho de alguém que teve a satisfação de ter sido honrado pelo povo gaúcho com três mandatos de deputado estadual. E em todos eles, mantive a agricultura familiar como eixo principal de meu trabalho.

Colegas deputados, colegas deputadas.

O mundo hoje enfrenta três grandes dilemas:

- o dilema da degradação ambiental que gera profundas mudanças climáticas e ocasiona gigantescas catástrofes.
- o dilema da geração de energia cujas fontes tradicionais, além dos sinais de esgotamento já perceptíveis, ampliam sobremaneira os riscos ambientais
- e o dilema da falta de alimentos que já mata milhares e cuja gravidade se amplia na mesma proporção da explosão demográfica mundial e do desenvolvimento dos países emergentes.

Pois eu quero dizer ao Brasil que a agricultura familiar tem um papel fundamental no enfrentamento destas três grandes agendas para o futuro do planeta.

Em artigo recente, José Graziano da Silva, nosso representante na FAO faz a seguinte reflexão: a economia fixou suas duras circunstâncias, mas decisões estratégicas posteriores mostraram que por mais rigorosas que sejam as circunstâncias **há sempre escolhas a serem feitas.**

Pois o Brasil fez suas escolhas. E poucos países dispõem hoje de um escudo de segurança alimentar como o brasileiro, que acode a emergência da exclusão mas cuida de superar a sua origem, fortalecendo a base da pirâmide de renda com a elevação do salário mínimo, bem como a agricultura familiar assegurando-lhe crédito, assistência técnica e garantindo-lhe uma demanda cativa...

Sim o Brasil escolheu produzir mais alimentos. E, para isso, saímos de um volume de crédito que era de R\$ 2,2 bilhões em 2002 e chegamos a R\$ 15 bilhões no último Plano Safra da Agricultura Familiar do ano passado. Escolhemos turbinar o Pronaf e ele se tornou um exemplo mundial. Hoje diversos países vêm nos procurar para aproveitar as propostas do programa que qualificamos a partir de 2002.

Os seguros para o setor como o de clima e o de preço também são grandes conquistas. Assim como a formação de toda uma rede de políticas públicas de assistência técnica de compras públicas de crédito e fomento.

O resultado dessa escolha já se pode medir em bilhões de reais. Economicamente, a agricultura familiar compreende cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. E já estamos falando de algo próximo a 200 bilhões de reais.

O Censo Agropecuário de 2006 mostra claramente que na agricultura familiar existe mais preservação, mais cobertura florestal, mais respeito ao meio ambiente e maior empregabilidade.

Mostra também que na agricultura familiar se produz mais com mais eficiência, sem necessariamente destruir o entorno.

Décadas atrás, a chamada “revolução verde”, modelo de produção agrícola difundido pela pesquisa e extensão convencionais, intensivo em capital e baseado na produção em grandes propriedades de monocultivos para exportação, a partir da utilização intensiva de insumos industriais, descartou a agricultura familiar.

Pois hoje, aquela que foi anunciada como a salvação da lavoura mostrou-se uma escolha errada ou, no mínimo, insuficiente.

A revolução verde aumentou a concentração da renda e dos meios de produção com reflexos significativos na ampliação da insegurança alimentar da população pobre. Além disso, produziu impactos econômicos, sociais e ambientais negativos, substituição das florestas por monocultivos, erosão de solos e assoreamento de rios e lagos, contaminação de águas alimentos com agroquímicos e ainda retirou das mãos de quem produz a renda por seu trabalho.

De sua parte, e bem ao contrário, a agricultura familiar pode contribuir com os processos de conservação de solos e águas, manejo sustentável da biodiversidade, produção de biomassa cujo valor para as gerações presentes e futuras é incalculável.

É preciso aprender as lições.

Assim, a revolução que se mostra realmente necessária no mundo atual é aquela que amplia a produção sustentável e diversificada de alimentos, que facilita o acesso a esses alimentos pela população pobre e, fundamentalmente, que garanta a permanência da renda nas mãos quem trabalha para gerá-la.

Agora, no próximo mês de junho, o Governo da Presidenta Dilma vai lançar mais um Plano Safra Nacional da Agricultura Familiar. E como vem acontecendo desde que o presidente Lula assumiu, os recursos serão novamente ampliados. Melhor e mais animador: o novo Plano Safra

2011/2012 terá como preocupação principal, garantir a apropriação da renda pelos trabalhadores e as trabalhadoras rurais, mantendo-a no bolso de quem efetivamente produz, e não nas mãos das indústrias de insumos, de sementes, e de quem industrializa e comercializa.

Mas se, por um lado, tenho consciência de que é preciso, ainda, oferecer melhores condições ao agricultor familiar, por outro, vivo uma profunda alegria neste momento: é que lá no meu estado, sob o comando do companheiro Tarso Genro, o governo está elaborando também, neste momento, o seu próprio Plano Safra. E minha alegria se redobra porque a base deste trabalho é uma lei de minha autoria, sancionada no ano passado, que criou o Plano Safra da Agricultura do Rio Grande do Sul. Lá, como aqui, a idéia é produzir mais comida gerando mais renda para os agricultores.

Senhoras e senhores, segundo a FAO em 2050, serão 9 bilhões de bocas para alimentar, então a oferta de alimentos até lá precisa aumentar 70%.

Neste sentido os números da agricultura familiar são impressionantes. Ela produz 24% pecuária de corte, 54% da pecuária de leite, 58% dos suínos, 40% das aves e ovos, 33% do algodão, 72% da cebola, 67% do feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja, 46% do trigo, 58% da banana e 25% do café.

Senhoras e senhores, quando a atual presidenta da República Dilma Rousseff ainda era ministra das Minas e Energia foi ela quem com mais ênfase fez o Governo brasileiro enxergar que o país tinha uma enorme potencial para responder à crescente demanda por combustíveis de fontes renováveis. E que poderia, apostando nisso, gerar empregos e renda na agricultura familiar, reduzir as disparidades regionais e contribuir para a economia de divisas e a melhoria nas condições ambientais .

Como se vê, entre tantas escolhas acertadas, a maior delas foi escolher Dilma presidenta.

Foi lá atrás, com Dilma ministra, que o Brasil percebeu que, pelas suas condições de solo e clima, dispunha de enorme potencial de produção de biomassa, sendo a produção de biodiesel uma possibilidade promissora diante da crescente demanda de energia e uma importante vantagem comparativa para o país

Mais uma escolha correta.

Não podemos negar, contudo, que no atual sistema de produção de alimentos é notório que a opção pelos biocombustíveis pode afetar de alguma maneira a produção de comida.

No Brasil de Lula e Dilma o aumento da produção de biocombustíveis, não tem significado, necessariamente, diminuir a produção de alimentos, pois há consciência de que é na agricultura familiar que se encontra a mais justa adequação destes dois tipos de produção.

A principal vantagem ambiental do uso do biodiesel é a significativa redução da emissão de poluentes na atmosfera. Enquanto os derivados do petróleo são de origem fóssil, portanto não renováveis, e contribuem para a emissão de gases de efeito estufa - com o conseqüente aumento da temperatura na superfície terrestre os biocombustíveis são de origem renovável e seus resíduos são pouco poluentes e mais limpos em termos ambientais.

E é imperioso destacar aqui mais uma escolha correta do nosso governo quando aproveitou a força de sua maior empresa pública para instalar e desenvolver no país uma grande cadeia industrial voltada para a produção de biocombustível. Estou falando da Petrobras Biocombustíveis.

Pois bem, senhores e senhoras, se até agora nossas escolhas parecem corretas é preciso que mantenhamos o barco no rumo certo.

Se escolhermos fortalecer a agricultura familiar é preciso que cada vez mais descubramos maneiras e meios de mantê-la viva e forte.

Como deputado estadual lá no Rio Grande do Sul, fui autor da lei que criou o que chamamos de Bloco do Produtor em Família. Por causa da minha lei, hoje, os jovens que trabalham na agricultura familiar ajudando seus pais, têm seus nomes incluídos no bloco. Antes, os jovens agricultores familiares gaúchos não dispunham de qualquer documento que comprovasse esse tempo de trabalho.

Sim, meu mandato parlamentar tem dedicado toda a atenção ao presente e ao futuro da juventude rural e, de modo especial, ao tema da sucessão nas propriedades familiares.

Manter o jovem trabalhador familiar no campo é crucial para garantir a continuidade do acerto de nossas escolhas.

Foi por isso que tomamos como tarefa de nossa mandato buscar os apoios dos partidos desta Casa e agradeço aos líderes do PT e dos demais partidos que já assinaram nosso requerimento para que votemos, com a devida urgência, o Projeto de Lei Complementar 362 que possibilita o uso do Crédito Fundiário por herdeiros que negociarem entre si uma propriedade familiar.

Por óbvio não é apenas a questão fundiária que vai manter o jovem no campo. Há outras e também urgentes demandas que queremos ver atendidas.

Dos diversos encontros que mantivemos com as representações da juventude rural, ocorreu-nos a idéia de realizarmos, no âmbito do Congresso Nacional, um grande Seminário sobre Juventude Rural.

Sobre isso já estamos conversando com o Conselho Nacional de Juventude e com a Secretaria Nacional da Juventude e vamos buscar articulação com a Frente Parlamentar em Defesa da Juventude, recém lançada nesta Casa.

Temos o dever de dar visibilidade às demandas da juventude rural como a ampliação do acesso à Educação e às práticas culturais de toda ordem, à geração de renda e às políticas públicas como um todo.

Por falar em política pública, tenho plena confiança de que um governo que já tirou da escuridão milhares e milhares de moradores da área rural vai, também agora, garantir o acesso à Internet de alta velocidade aos mais longínquos rincões brasileiros. É para isso que está aí, o Plano Nacional da Banda Larga.

Por fim, senhores e senhoras, estamos na iminência de votarmos nesta casa mudanças no Código Florestal Brasileiro. Quando cheguei aqui, há cerca de 90 dias, desde logo vi que, por coerência de princípios e com a minha história de lutas, precisava atuar neste tema.

Trabalhei muito para ampliar o debate, tensionei o meu governo para que se garantissem, no novo Código, um tratamento diferenciado aos agricultores familiares e que se mantivesse a devida proteção ambiental. Penso que este foi um esforço recompensado uma vez que estamos gestando um acordo em torno destas propostas que contemplem a produção agrícola e a preservação do meio ambiente

Agradeço a todos os senhores e as senhoras que estiveram conosco neste trabalho. Nossos olhos estiveram voltados o tempo todo para a agricultura familiar e o meio ambiente. Agimos assim para que, mais uma vez, pudéssemos fazer a escolha certa...

O que está em jogo, afinal, é o nosso futuro.

Muito obrigado.